

## A história recente da investigação sobre valores públicos contada pelo google académico: publicações escritas em português e espanhol nos séculos XX e XXI

La historia reciente de la investigación sobre los valores públicos contada por el google académico: publicaciones en portugués y español en los siglos XX y XXI

The recent history of research on public values as told by google scholar: publications in portuguese and spanish in the 20th and 21st centuries

Recebido em 09-11-2016  
Aceito para publicação 06-03-2018

Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia<sup>1</sup>  
José Nuno Castilho Ribeiro Pereira<sup>2</sup>

**Resumo:** Não obstante o crescente interesse da comunidade científica pelos valores públicos, persiste uma série de desafios e questões por responder, relacionados com esse conceito. Tomando como referência o trabalho de Wal *et al.* (2015) e recorrendo a uma análise de metadados referentes a publicações escritas em português e espanhol, contendo, cumulativamente, nos respetivos título e corpo a palavra “valor”, elaborou-se uma análise evolutiva do estudo dos valores públicos nessas duas línguas. Os resultados obtidos permitiram concluir que o comportamento da evolução das publicações em português e espanhol não difere, em termos quantitativos e qualitativos, do observado para as publicações em todos os idiomas, tendo ainda permitido confirmar o crescente interesse pelos valores públicos, sobretudo nos últimos 25 anos.

**Palavras-Chave:** Administração Pública; Valores Públicos; Português; Espanhol.

**Resumen:** A pesar del creciente interés de la comunidad científica por los valores públicos, persiste una serie de desafíos y preguntas sin respuesta, relacionadas con este concepto. Utilizando el trabajo de Wal *et al.* (2015) como referencia y realizando un análisis de metadatos sobre publicaciones escritas en portugués y español, que contienen, acumulativamente, la palabra "valor" en su título y en su cuerpo, se elaboró un análisis evolutivo del estudio de los valores públicos en estos dos idiomas. Los resultados permitieron concluir que el comportamiento de la evolución de las publicaciones en portugués y español no difiere, en términos cuantitativos y cualitativos, de lo observado para publicaciones en todas las lenguas, lo que permite confirmar el creciente interés por los valores públicos, sobre todo en los últimos 25 años.

**Palabras-clave:** Administración Pública; Valores Públicos; Portugués; Español.

<sup>1</sup> Doutoramento em Ciências Sociais (Especialidade em Administração Pública) no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa; Professor no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa; Investigador Integrado do Centro de Administração e Políticas Públicas; Consultor da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça de Portugal. E-mail: [pcorreia@iscsp.ulisboa.pt](mailto:pcorreia@iscsp.ulisboa.pt)

<sup>2</sup> Doutorando em Ciências Sociais (Especialidade em Administração Pública) no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa; Tenente-Coronel da Força Aérea Portuguesa. E-mail: [zenunop@gmail.com](mailto:zenunop@gmail.com)

**Abstract:** Despite the growing interest of the scientific community regarding public values, a number of challenges and unanswered questions related to this concept remain. Using Wal *et al.* (2015) work as guidance and performing a metadata analysis regarding publications written in Portuguese and Spanish, containing, cumulatively, the word "value" on their title and body, an evolutionary analysis of the study of public values in these two languages was elaborated. The results allowed us to conclude that the behavior of the evolution of publications in Portuguese and Spanish does not differ, in quantitative and qualitative terms, from the observed for publications in all languages, also allowing to confirm the growing interest in public values, especially in the last 25 years.

**Keywords:** Public Administration; Public Values; Portuguese; Spanish.

## Introdução

Os valores têm sido, sobretudo em tempo de crise, objeto de atenção da comunidade em geral, mas, com particular acuidade, da comunidade científica, sobretudo a mais ligada à área da administração pública. Esse forte aumento do interesse por esse tema tem-se refletido, na prática, pelo incremento do número de publicações que afloram (WAL *et al.*, 2015; BILHIM *et al.*, 2014). No entanto, e não obstante essa proliferação, continua-se a verificar uma reiterada omissão relativamente à definição, importância e lugar dos valores públicos no debate acadêmico (GAROFALO, 2015), fenômeno que reflete, na perspectiva de Bozeman (2007) o poder do individualismo econômico, em claro antagonismo com os interesses e valores públicos veiculados pelas ações e decisões políticas.

Não obstante toda a proliferação, parece continuar a haver falta de consenso relativamente à forma como se definem valores públicos, quais os valores que podem e devem ser considerados públicos e quais os motivos para assim serem considerados (WAL *et al.*, 2015; BILHIM e CORREIA, 2016). Algumas das análises efetuadas a conteúdos de publicações da área da administração pública, nomeadamente as efetuadas por Jørgensen e Bozeman (2007) e por WAL *et al.* (2006) identificaram, respetivamente, 72 e 538 valores públicos distintos. À semelhança dos direitos fundamentais e do estado de direito, os valores públicos são conceitos contestáveis (ROIG, 2003) pelo que não é de estranhar que haja diversidade, que resulta da variedade de interpretações e usos dos termos que constituem a expressão, “valores” e “públicos”. Esse pluralismo leva necessariamente à reflexão e ao debate, podendo posteriormente traduzir-se em produção científica, que se espera ser clarificadora, facto que, na ótica de Wal *et al.* (2015), não tem acontecido, levando esses autores a sugerirem a metáfora de um diálogo levado a cabo por surdos.

Com o intuito de contribuir para a clarificação e classificação dos valores públicos, a comunidade científica tem produzido, recorrendo a diferentes critérios, um conjunto de

resultados de que os trabalhos de Kernaghan (2003), Rutgers (2008), Steenhuisen *et al.* (2009), Wal e Huberts (2008), Wal *et al.* (2015) ou Bilhim e Correia (2016) são exemplos. Outros houve, eventualmente mais ambiciosos, que optaram pelo caminho do mapeamento do universo dos valores públicos (JØRGENSEN & BOZEMAN, 2007) tendo sugerido, baseados nas características dos valores públicos que afetam a administração pública, a existência de sete dimensões que abarcam 72 valores públicos distintos.

No entanto, a crítica que se aponta a muitos desses estudos é que eles se remetem, exclusivamente, à revisão de literatura publicada nos países escandinavos, cuja governação é de pendor westminsteriano, em publicações da área da administração pública, no período compreendido entre 1990 e 2003. Foi-lhes ainda apontada a falha de não terem tomado em consideração o contexto e o significado em que os valores públicos eram utilizados nos trabalhos analisados.

Conscientes de todas as críticas e também de toda a controvérsia que esses estudos geraram, Wal *et al.* (2015) apontam, como forma de se avançar na pesquisa dos valores públicos, para a necessidade de efetuar uma rutura com a forma tradicional como se tem processado esse estudo, condição *sine qua non* para se conseguir, relativamente aos valores públicos, chegar a uma teoria comum que permita fazer quantificações, comparações e relacionamento de conhecimentos de outras teorias e áreas do saber. *From galaxies to universe: a cross-disciplinary review and analysis of Public Values publications from 1969 to 2012* foi a contribuição desses autores para este corpo de conhecimento.

Wal *et al.* (2015) fizeram uma extensiva pesquisa de documentos, em língua inglesa e das mais diversas naturezas e proveniências, que referissem, de forma explícita, os termos values e public. Restringindo o âmbito da sua pesquisa a trabalhos publicados entre 1945 e 2012, as publicações que passaram no crivo e eram passíveis de consulta foram analisadas, tendo os autores procurado dar resposta a um conjunto de questões, previamente definidas:

- Qual a tipologia da publicação (livro, capítulo de livro, artigo académico, comunicação, etc.)?
- Qual o género de literatura (pesquisa empírica, artigo normativo ou simplesmente texto teórico)?
- Foco estrito nos valores públicos ou valores públicos mencionados apenas de forma subsidiária?
- O assunto tratado prende-se a que campo do conhecimento?
- Qual o contexto disciplinar que é abordado?

- Há, ao longo dos tempos, um interesse consistente pelo estudo dos valores públicos ou trata-se apenas de uma moda?
- Os autores apresentam uma definição para valores públicos?
- Os autores que apresentam uma definição para valores públicos recorrem a definições suas ou de outros autores (citação ou remissão para outra obra)?
- Qual o número de citações dessas publicações?

Duas das limitações que se podem apontar ao estudo de Wal *et al.* (2015), e que os autores corroboram, prendem-se com a possibilidade, real, de as bases de dados consultadas não serem exaustivas (isto é, estarem incompletas) e com o facto da pesquisa ter abarcado produções literárias realizadas num número restrito de línguas, aspetos que podem, de alguma forma, enviesar, também, os resultados obtidos.

Assim, partindo da primeira das limitações referidas e como forma de dar um contributo válido para a investigação do tema, este artigo apresenta os resultados de uma análise levada a cabo que, recorrendo a uma metodologia similar, permitiu conhecer melhor o domínio dos valores públicos numa outra “galáxia”, de matriz cultural e administrativa diferentes, cujas línguas de expressão são o Português e o Espanhol.

Nos parágrafos seguintes será apresentada a metodologia adotada na pesquisa e na classificação das publicações, bem como na construção da base de dados compilada para o efeito. Posteriormente, serão apresentados os resultados obtidos e será feita a sua discussão.

## Metodologia

A primeira tarefa consistiu em gerar uma lista, tão exaustiva quanto possível, de publicações que aflorassem os valores públicos. Para tal desiderato optou-se pelo recurso ao motor de pesquisa Google Académico, na medida em que ele consegue abarcar um conjunto vasto de publicações: revistas especializadas (com ou sem revisão por pares), jornais científicos, livros, teses, outros trabalhos científicos e relatórios técnicos. Contudo, a compilação da informação não se limitou à ortodoxia da pesquisa direta no referido motor de busca, uma vez que ele não disponibiliza a capacidade de transferir, para um ficheiro eletrónico, em formato editável por programas de folha de cálculo, os resultados da pesquisa efetuada. Como forma de contornar essa dificuldade foi utilizada a *Publish or Perish*

(HARZING, 2007) de acesso livre e disponível, *on-line*, gratuitamente. Nessa ferramenta, que realiza buscas diretas no Google Acadêmico, foram definidos como parâmetros de pesquisa:

- A expressão exata “valores públicos”;
- Português e Espanhol como línguas das publicações;
- O período temporal compreendido entre 1900 e 2016.

A busca inicial compilou 1617 registos, dos quais 287 eram referentes a citações.

A tarefa seguinte consistiu na construção de uma base de dados onde seriam armazenados todos os dados relevantes relativos à totalidade dos registos, tendo em vista a sua posterior análise. Com esse intuito foram incluídos os seguintes campos:

- O título do documento;
- Os autores do documento;
- O ano de publicação do documento;
- O número de citações do documento;
- A fonte da publicação;
- O editor do documento;
- O *Uniform Resource Locator* (URL) do documento;
- O país de origem do documento;
- A língua em que o documento foi produzido;
- A tipologia da publicação (livro, capítulo de livro, artigo académico, comunicação em evento, etc.);
- O género da publicação (pesquisa empírica, artigo normativo ou simplesmente texto teórico);
- O foco do documento nos valores públicos (sim ou não);
- Menção a valores públicos (sim ou não);
- O campo do conhecimento do documento;
- A disciplina do assunto do documento;
- Apresentação de uma definição para valores públicos (sim ou não);
- Definição de valores públicos empregue é do autor (sim ou não);
- Definição de valores públicos empregue é externa (sim ou não).

Construída a base de dados, procedeu-se à importação da totalidade dos registos inicialmente obtidos, tendo sido expurgados os registos respeitantes a publicações repetidas, a editoriais, a material comercial e de ensino, bem como das citações, tendo sido possível reter um total de 1304 documentos.

Tendo em conta a quantidade de registos obtidos, optou-se por restringir a análise aos documentos com menção expressa, no título, às palavras “valores” ou “valores públicos”. Para o efeito realizou-se uma pesquisa à base de dados criada, tendo sido identificados 34 documentos que preenchiam os critérios definidos, sendo que apenas 6 referiam se referiam à expressão “valores públicos” no seu título.

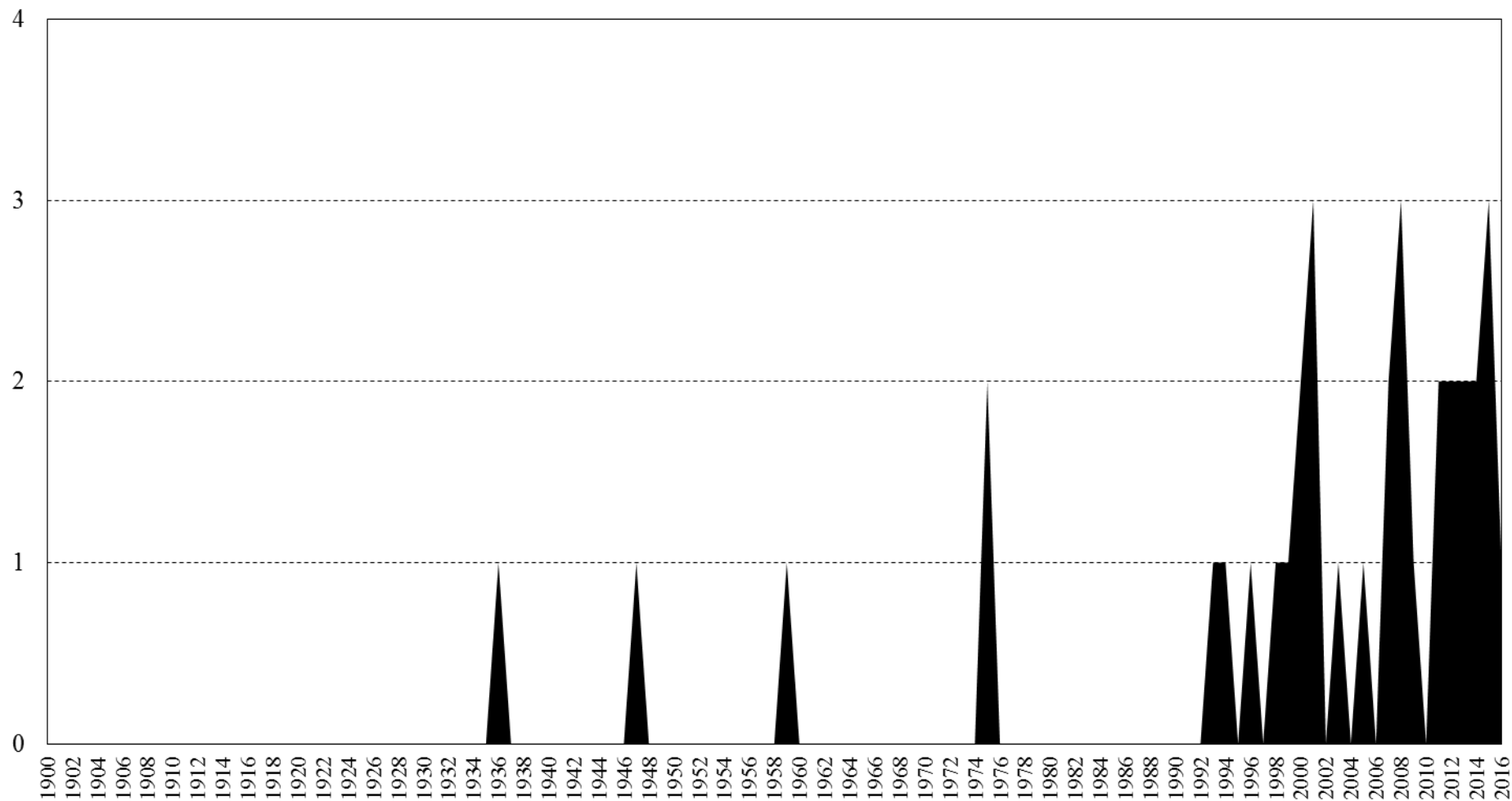
### **Análise de Resultados**

Da análise cronológica aos documentos, alvo do presente estudo, ressalta-se (Figura 1) que o documento mais antigo remonta ao ano de 1936 e que nos anos mais recentes se assistiu a um aumento da produção literária, em linha com os resultados preliminares apresentados nos parágrafos anteriores.

Em termos linguísticos temos que a produção em espanhol é predominante na medida em que representa 80,0% do total (28 documentos). A produção em português ficou pelas sete unidades (note-se que, à data de realização deste texto, os valores apresentados para o ano de 2016 são incompletos). Não obstante esta hegemonia do espanhol, constatou-se que em termos de origem geográfica existe um equilíbrio entre a Europa e as Américas, com 19 e 16 publicações, respetivamente. As restantes geografias onde se falam as duas línguas, nomeadamente África e Ásia, não tiveram produções científicas relacionadas com os valores públicos. O país mais prolífico foi claramente a Espanha com as suas 16 obras. É, no mínimo, curioso constatar que a produção com origem em Portugal seja nula até 2016, facto que pode indiciar a existência de publicações que não tenham sido rastreadas pelo Google Académico ou que tenham sido filtradas aquando da aplicação dos critérios de eliminação indicados anteriormente.

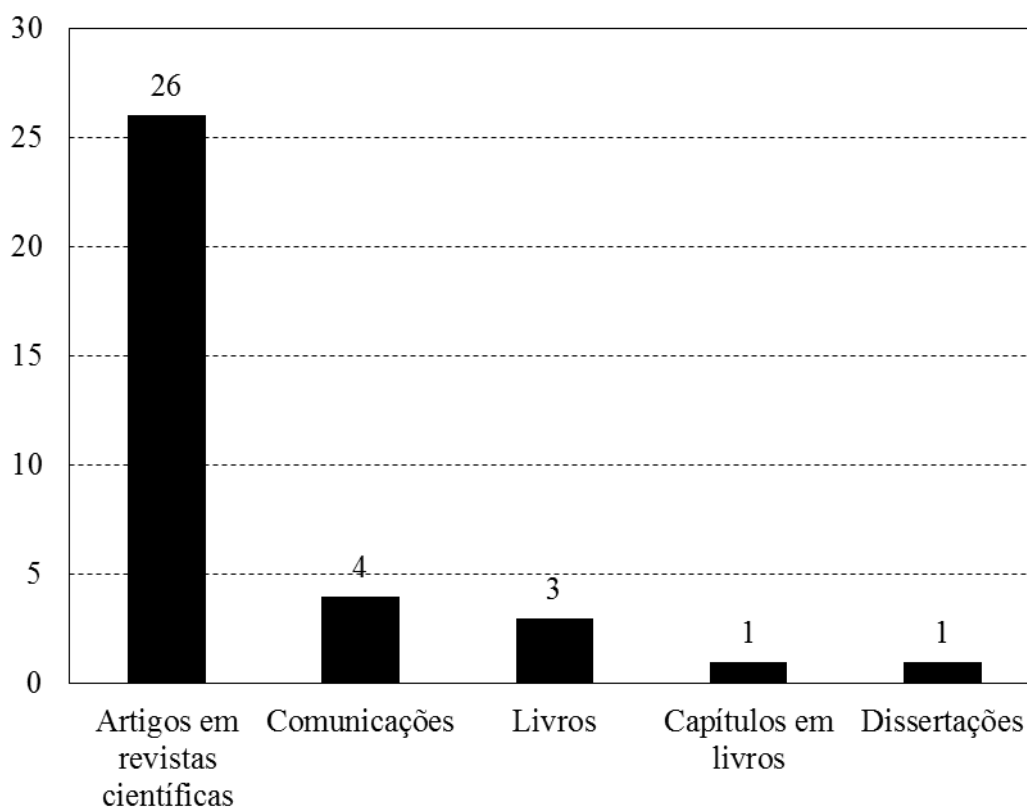
Relativamente à tipologia das publicações (Figura 2), constatou-se que 26 dessas são artigos em revistas científicas, três são livros, quatro resultam de comunicações, uma é um capítulo de um livro e apenas uma é uma dissertação.

Figura 1 – Análise cronológica do número de publicações, 1900-2016



Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Figura 2 – Tipologia das publicações, 1900-2016



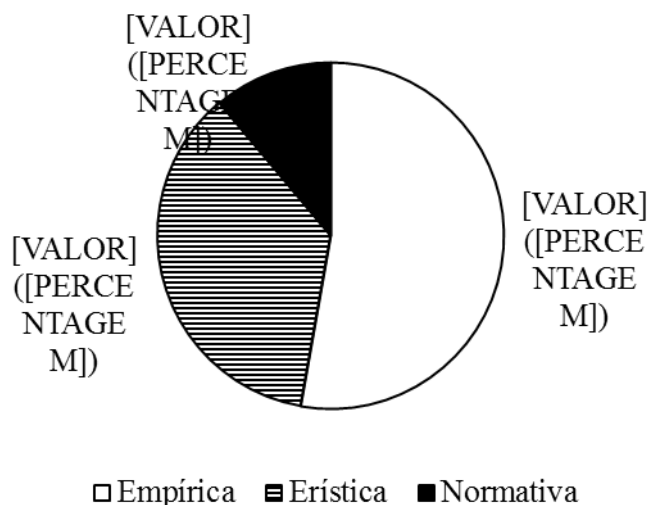
Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Para realizar a análise da natureza das publicações procedeu-se a uma simplificação da metodologia utilizada por Wal *et al.* (2015) adotando-se três das categorias usadas por esses autores. A primeira, a que se deu o nome de empírica, diz respeito a publicações que, na abordagem das suas questões ou assuntos, fazem-no de forma quantitativa, qualitativa, segundo uma análise histórica ou recorrendo a um estudo de caso. A segunda, dita normativa, abarca publicações que sugerem, de uma forma mais ou menos explícita, como se deve proceder face ao tema dos valores públicos. Finalmente a terceira categoria, denominada de erística, em que são debatidos de uma forma teórica ou conceptual assuntos, modelos de análise ou enquadramentos legais.

A Figura 3 permite verificar a existência de um pendor da comunidade académica para a produção de literatura empírica (52,8%) e erística (36,1%). As produções de carácter normativo representam apenas 11,1% das publicações (note-se que uma das publicações analisadas foi simultaneamente classificada como empírica e teórica (ou erística)).



Figura 3 – Natureza das publicações, 1900-2016



Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

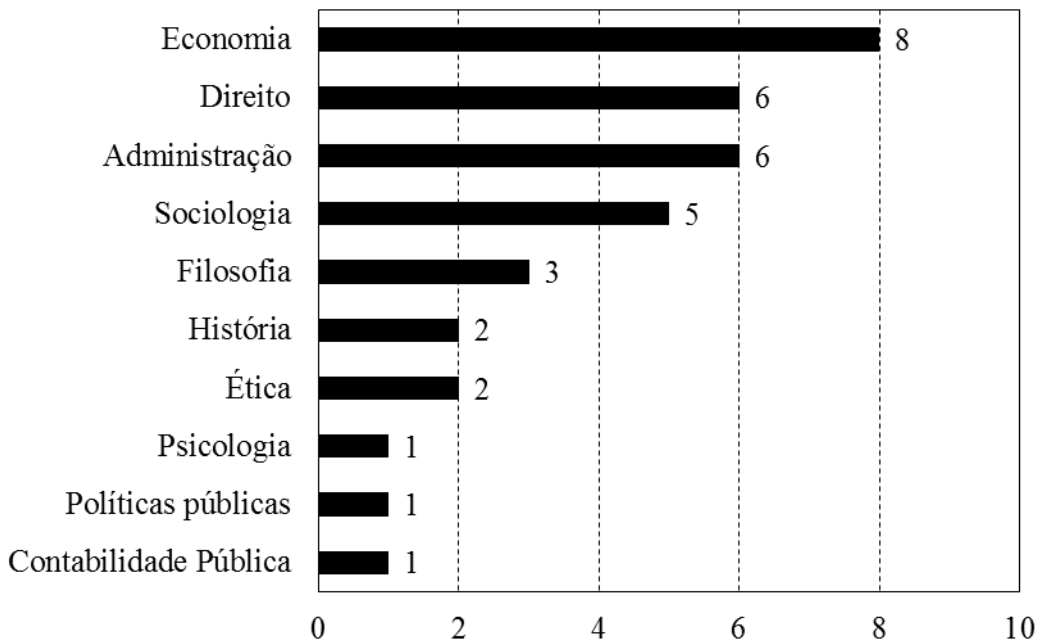
O presente estudo também revelou que 33 (94,3%) das publicações são do campo das Ciências Sociais e duas (5,7%) das Ciências da Educação. Já em termos das disciplinas acadêmicas verificou-se um maior ecletismo na medida em que se identificaram 10 disciplinas distintas, tal como é possível observar na Figura 4. Apesar desta diversidade constatou-se uma predominância das publicações ligadas à economia, administração e direito com, respetivamente, oito (22,9% do total), seis (17,1% do total) e seis (17,1% do total) publicações. É de realçar que das publicações ligadas à administração apenas três têm a ver com administração pública. Na área do direito, cinco estão ligadas ao direito económico e comercial. Destaca-se ainda que apenas duas publicações se encontram associadas à disciplina académica de história, correspondendo a 5,7% do total de publicações.

Aquando da análise dos conteúdos das publicações, foi constatado que apenas em sete (20,0%) destas os valores públicos revelaram ser o foco principal das mesmas. Significa isto que em 28 (80,0%) das publicações os valores públicos eram referidos porque os temas nestas abordados o justificavam.

Torna-se pertinente também trazer à colação que nenhuma das publicações analisada apresenta uma definição para valor público. Apenas dois trabalhos, um ligado à ética e outro à filosofia, apresentaram uma definição para valores, mas em sentido lato.

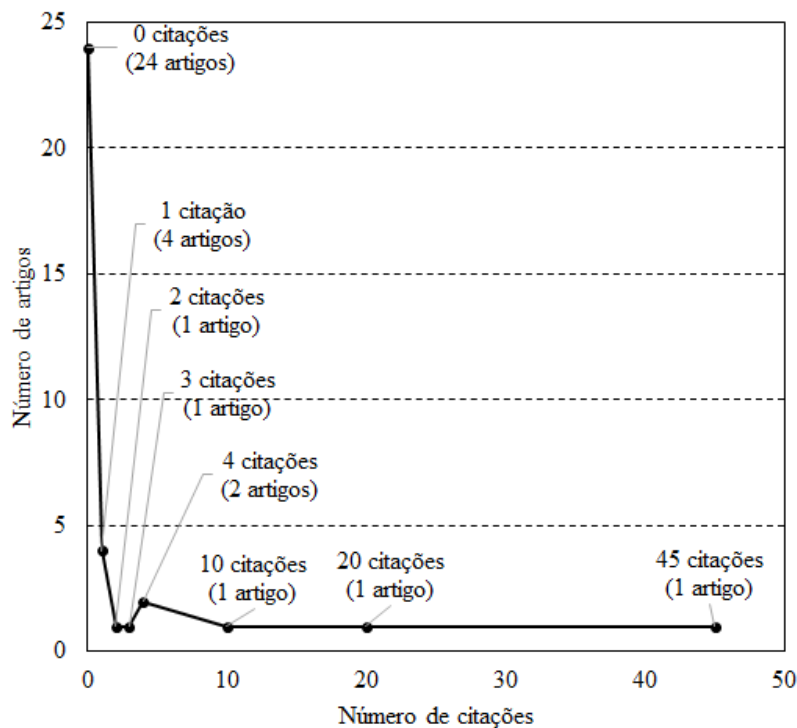
Finalmente no que concerne à análise bibliométrica dos documentos constatou-se que, à data da realização da pesquisa, apenas 11 (31,4%) das publicações tinham sido alvo de pelo menos uma citação (Figura 5).

Figura 4 – Número de publicações por disciplina acadêmica, 1900-2016



Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Figura 5 – Análise do número de citações das publicações, 1900-2016



Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

A análise da Figura 5 permite observar claramente que existem três publicações (8,6% do total) que se destacam significativamente das demais em termos de quantidade de citações. Efetivamente, do total de 92 citações contabilizadas, estes três artigos totalizam 75 (81,5% do total de citações, indiciando a presença de uma regra de Pareto em que uma vasta maioria de publicações apresenta muito poucas ou nenhuma citações e uma ínfima minoria de publicações domina o ranking das citações). Esses três documentos, das áreas da administração pública, sociologia e direito, foram citados, respectivamente, em 45, 20 e 10 ocasiões.

Cabe ainda referir que, por disciplina acadêmica, verificou-se que as publicações mais citadas estavam relacionadas com a Economia (quatro publicações), a Administração (três publicações), o Direito (duas publicações) e a Sociologia (duas publicações).

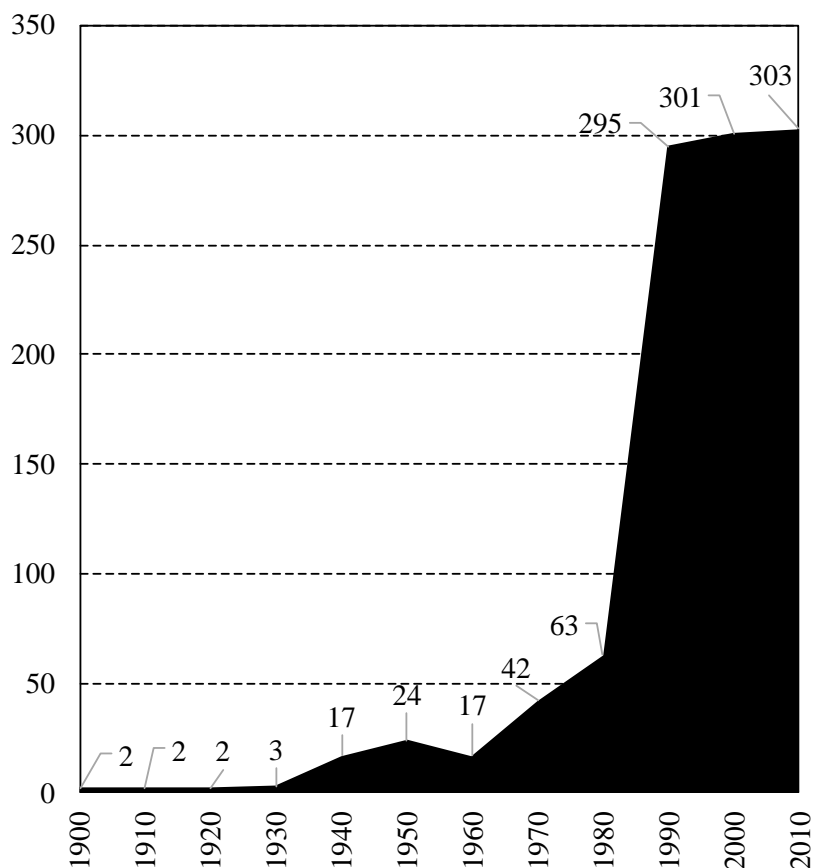
### **Discussão e enquadramento numa visão internacional mais abrangente**

Supletivamente ao âmbito do estudo cujos resultados foram apresentados no ponto anterior do texto, é ainda possível perceber que ao longo do tempo a publicação de artigos referentes aos valores públicos, em todos os idiomas, tem vindo a aumentar (como se pode verificar na análise apresentada na Figura 6). Assim, o assunto, que até finais da década de 30 do século passado, tinha merecido uma atenção residual, revelou, a partir daí, um crescimento sustentado, com particular destaque para a década de 90 do século XX, década em que a taxa de crescimento foi a mais acentuada. Desde então, apesar de a taxa de crescimento se manter em níveis pouco expressivos, o volume de produção mantém-se em níveis elevados, com várias centenas de publicações por década. Refira-se que para efeitos dessa análise, dos 1304 documentos inicialmente identificados, foram tidos em consideração 1071 registos correspondentes ao intervalo de tempo compreendido entre os anos de 1900 e 2015 (os restantes 233 documentos não apresentam data de publicação, tendo sido, por isso mesmo, expurgados deste estudo).

À semelhança do que Wal *et al.* (2015) sugerem, esse aumento de interesse pelos valores públicos, a nível internacional e não apenas nas línguas portuguesa e espanhola, pode ser resultado do fenómeno, iniciado nos anos 80 do século passado, de crescente implementação de medidas conotadas com o *New Public Management*, caracterizado apesar, dentre outras coisas, pela condução dos assuntos do setor público à imagem e semelhança do

setor privado e pela diminuição da intervenção do Estado na economia, remetendo-se, cada vez mais, ao papel de regulador.

Figura 6 – Número de publicações, em todos os idiomas, por década – Séculos XX e XXI

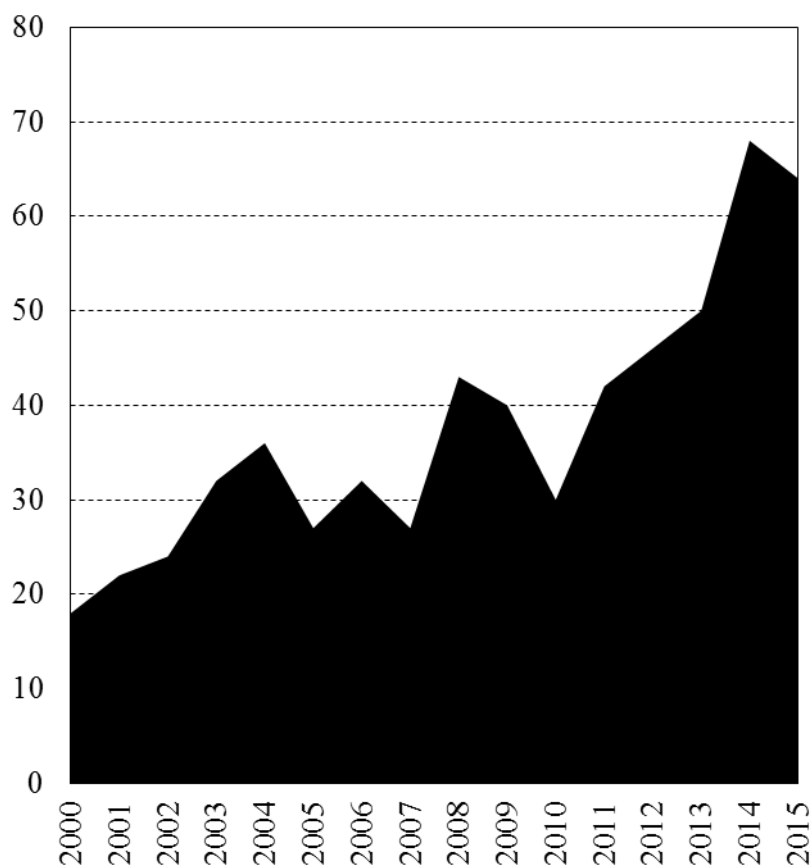


Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

A Figura 7 apresenta, de forma mais detalhada (por ano), o número de publicações, em todos os idiomas, no século XXI (2000 a 2015). É de assinalar que nos 16 anos do corrente século (13,8% do período temporal considerado) foram publicados 56,4% do total de documentos editados nos 116 anos do período compreendido entre 1900 e 2016. Verificou-se, ainda, uma tendência para o aumento do número de publicações editadas, com particular incidência nos últimos oito anos desse período. Assim, enquanto nos primeiros oito anos (2000 a 2007) foram, em média, publicados anualmente 27,3 documentos, nos segundos oito anos (2008 a 2015) a média foi de 47,9 (uma diferença superior – mais de 20 unidades). Os motivos que levaram a esse aumento de cerca de 75,5% carecem de estudo adicional, mas o fenómeno poderá estar associado à crise económica e financeira que, tendo início em 2007,

abalou o mundo. A crise de valores, tantas vezes apontada como a principal origem da crise económica e financeira, poderá ter estimulado a comunidade académica a investigar mais este tópico.

Figura 7 – Número de publicações, em todos os idiomas, por ano – Século XXI



Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Note-se ainda que do total de registos incluídos na base de dados empregues na pesquisa, 512 foram alvo de citações, sendo que o documento mais citado, datado de 1974, foi citado em 1045 ocasiões. O documento em apreço, escrito em espanhol, aborda um tema do foro das Ciências Sociais, mais concretamente da área da Economia Política.

É de enfatizar que no decurso de uma análise exploratória aos 10 documentos mais citados, constantes da base de dados, verifica-se existir uma prevalência dos campos das Ciências Sociais e da Ciência Política, sem que nenhum deles se focasse, no entanto, estritamente nos valores públicos nem tampouco apresentasse uma definição para o referido conceito.

## Considerações finais

O presente estudo constitui um primeiro passo no sentido de perceber a forma como a comunidade científica de expressão portuguesa e espanhola, atuante em diferentes campos da ciência, emprega o conceito dos valores públicos, bem como a forma como esse conceito varia, interseja-se e diverge de outros conceitos.

Os resultados obtidos permitem concluir que a evolução das publicações acadêmicas sobre valores públicos em português e espanhol, embora a uma escala consideravelmente mais reduzida, não é muito diferente do observável para as publicações acadêmicas sobre valores públicos na comunidade acadêmica internacional mais vasta: um aumento acentuado no número de publicações, claramente mensurável, a partir do início da década de 90 do século XX (ver Figura 1 e Figura 6), com um renovado interesse no tema desde o ano de 2008.

Tratando-se de um primeiro passo, fica evidente que há ainda um longo trabalho a realizar, sobretudo devido às limitações que a investigação que deu origem a este artigo apresenta: os registos incluídos na base de dados construída para o efeito tiveram como única fonte o motor de pesquisa Google Académico, o que pode significar a existência de documentos publicados que não tenham sido incluídos neste estudo; não obstante o período de análise abranger 116 anos, os critérios da pesquisa restringiram o âmbito do estudo e obviaram a obtenção de resultados mais ricos; os resultados obtidos estarem alicerçados no julgamento dos autores e não no julgamento dos elementos de um painel mais vasto de peritos.

É com essas limitações em mente que se sugere, para estudos futuros, o alargamento da investigação a outras bases de dados científicas e académicas; a revisão dos critérios da pesquisa, por forma a diminuir as restrições do âmbito do estudo; e a ampliação do painel de peritos em administração pública que analisam os artigos. Os resultados de estudos futuros se beneficiariam ainda do desenvolvimento de um guião para a condução das análises a efetuar aos documentos de modo a mitigar a subjetividade associada à intervenção dos peritos em todo o processo.

Finalmente, cabe mencionar que a investigação realizada reforça a ideia da necessidade de aprofundar o conhecimento do universo dos valores públicos por parte da comunidade académica ligada à área disciplinar da administração pública.

## Referências

BILHIM, J., & CORREIA, P. (2016). “Diferenças nas percepções dos valores organizacionais dos candidatos a cargos de direção superior na administração central do Estado”. *Sociologia*, (31) 81-105. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/14276.pdf>

BILHIM, J., PINTO, R., & SOARES, L. (2014). “Paradigmas administrativos, ética e intervenção do Estado na economia: o caso de Portugal. *Revista Digital de Derecho Administrativo*, (14) 91-125.  
<http://revistas.uexternado.edu.co/index.php/Deradm/article/view/4294>

BOZEMAN, B. (2007). *Public values and public interest: counterbalancing economic individualism*. Washington, DC: Georgetown University Press.  
<http://doi.org/10.1057/ap.2009.14>

GAROFALO, C. (2015). “Where should we draw the line?: governance, public values, and outsourcing national security”. *Public Integrity*, 17 (2):189-202.  
<http://doi.org/10.1080/10999922.2015.1007782>

HARZING, A. (2007). *Publish or Perish*. February 6, 2016. [Online] available:  
<http://www.harzing.com/pop.htm>.

JORGENSEN, T., & BOZEMAN, B. (2007). “Public values: an inventory”. *Administration & Society*, 39 (3): 354-381. <http://doi.org/10.1177/0095399707300703>

KERNAGHAN, K. (2003). “Integrating values into public service: the values statement as centerpiece”. *Public Administration Review*, 63 (6): 711-719.  
<http://doi.org/10.1111/1540-6210.00334>

ROIG, F. (2003). “Derechos, constitución, democracia: aspectos de la presencia de derechos fundamentales en las constituciones actuales”. *Derechos y Libertades en la Historia*. Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial. Valladolid: Universidad de Valladolid. pp.161-192. <http://e-archivo.uc3m.es/handle/10016/9377>

RUTGERS, M. (2008). "Sorting out public values? On the contingency of value classifications in public administration". *Administrative Theory & Praxis*, 30 (1): 92-113.

<http://www.jstor.org/stable/25610907>

STEENHUISEN, B., DICKE, W., & BRUIJN, H. (2009). "Soft public values in jeopardy: reflecting on the institutionally fragmented situation in utility sectors". *International Journal of Public Administration*, 32 (6): 491-507. <http://doi.org/10.1080/01900690902861753>

WAL, Z., HUBERTS, L., HEUVEL, H., & KOLTHOFF, E. (2006). "Central values of government and business: differences, similarities and conflicts". *Public Administration Quarterly*, 30 (3): 314-364.

<http://faculty.cbpp.uaa.alaska.edu/afgjp/PADM601%20Fall%202007/Central%20Values%20of%20Government%20and%20Business.pdf>

WAL, Z., & HUBERTS, L. (2008). "Value solidity in government and business: results of an empirical study on public and private sector organizational values". *The American Review of Public Administration*, 38 (3): 264-285. <http://doi.org/10.1177/0275074007309154>

WAL, Z., NABATCHI, T., & GRAAF, G. (2015). "From galaxies to universe: a cross-disciplinary review and analysis of public values publications from 1969 to 2012". *American Review of Public Administration*, 45 (1): 13-28. <http://doi.org/10.1177/0275074013488822>